

Notas sobre a agricultura no curto prazo *

JOÃO SAYAD**

INTRODUÇÃO

O setor agrícola tem papel de destaque na determinação do desempenho da economia brasileira no curto prazo e no desenho de políticas de estabilização, apesar de representar apenas 10% do PNB. A importância desproporcional do setor agrícola no comportamento conjuntural da economia brasileira decorre da importância que as despesas com alimentos representam na folha salarial do setor urbano, em primeiro lugar, e na composição das exportações brasileiras, em segundo, onde pelo menos 60% das receitas são obtidos de produtos agrícolas *in natura* ou industrializados. Além disto, a população economicamente ativa do setor agrícola representa 30% do total, e o equilíbrio entre taxa de crescimento do setor rural e do industrial é determinante fundamental do contingente de desempregados e subempregados no setor urbano. A própria alteração estrutural do setor agrícola, com aumento significativo das áreas de agricultura comercial em detrimento das antigas economias de subsistência, e a preponderância do trabalho volante em diversas regiões agrícolas importantes do país fazem com que o problema de desemprego e nível de atividade no curto prazo assumam papel importante na agricultura, mesmo considerado isoladamente.



* Agradeço os comentários e sugestões dos Profs. José Roberto Mendonça de Barros, da USP, e Gervásio Castro de Rezende, do INPES, além das contribuições dos participantes do Seminário Interno do IPE e do IERJ.

** Da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE).

Finalmente, as políticas de estabilização das contas externas e inflação afetam o setor agrícola de modo diverso do setor urbano da economia, justificando adicionalmente a proposta destas notas.

Trabalhos anteriores sobre setor agrícola (Castro, 1969, e Mellor, 1967) analisaram o comportamento da agricultura no longo prazo, discutindo as alterações estruturais decorrentes do desenvolvimento econômico. Em alguns outros foi analisado o comportamento do setor agrícola no curto prazo, particularmente no caso de inflação e balança comercial (Sayad, 1979, Cardoso, 1980, Olivera, 1964). Este artigo consolida alguns resultados já apresentados e estende a análise, considerando mais cuidadosamente a natureza dos investimentos na agricultura sob o ponto de vista financeiro.

O trabalho está assim organizado: na primeira seção discutem-se as características de financiamento e processo de formação de preços do setor agrícola, enfatizando-se as características diferenciais deste comportamento relativamente ao setor industrial. A segunda seção analisa como a inflação e a recessão afetam o setor agrícola. A terceira seção analisa as políticas de estabilização e a quarta apresenta as principais conclusões.

DECISÕES DE PRODUÇÃO, FINANCIAMENTO E APREÇAMENTO NA AGRICULTURA CAPITALISTA

A análise se restringirá ao comportamento do setor agrícola capitalista na economia brasileira, isto é, aqueles segmentos da agricultura orientados fortemente para o mercado, que contratam mão-de-obra e investem recursos financeiros na produção agrícola, visando o lucro e a acumulação.

A escolha desta perspectiva de análise exclui dos argumentos apresentados neste trabalho os setores agrícolas onde predomina ou tem papel importante a agricultura de subsistência. Apesar de limitação importante, justifica-se por duas razões: em primeiro lugar, porque do ponto de vista de desempenho macroeconômico no curto prazo, os aspectos mais críticos de desempenho se refletem basicamente na economia capitalista. As economias de subsistência estão, de certa forma, protegidas das oscilações cíclicas da economia urbana, sendo afetadas indiretamente através dos avanços e recuos da agricultura capitalista que afetam o tamanho do setor de subsistência e as formas de relacionamento dentro deste subsetor. Em segundo lugar, porque o abastecimento urbano e as exportações agrícolas, que têm papel importante no processo inflacionário e nas contas externas da economia, podem ser caracterizados como agricultura onde o mercado assume papel fundamental e as decisões do tipo empresarial são as mais importantes.¹

¹ Embora, no caso de alimentos, a produção do setor de subsistência tenha importância significativa em alguns produtos e regiões.

De qualquer forma, na medida em que as atividades agrícolas não puderem ser caracterizadas como processos de produção em moldes capitalistas a análise que se segue fica prejudicada.

A primeira distinção entre o processo de produção agrícola e o processo industrial se refere à descontinuidade da produção agrícola. A produção agrícola está associada aos fenômenos biológicos e ao clima, o que determina que o processo tenha data predeterminada de início e de término (o plantio e a colheita), além de ser processo que não pode ser interrompido. No setor industrial, diferentemente, o processo de produção é realizado em diversas etapas, por firmas diferentes, de forma contínua (relativamente ao setor agrícola), e pode ser interrompido em qualquer etapa intermediária.² Além disto, a característica biológica do processo de produção agrícola gera incerteza maior quanto à produtividade dos fatores empregados relativamente à incerteza presente nos processos industriais de produção. Finalmente a produção agrícola ao contrário da industrial é dispersa no espaço, e tem localização geográfica específica em função do clima, solo e custo de transporte.

Estas características do processo de produção agrícola relativamente ao processo industrial têm implicações importantes. Um cruzeiro de investimento em capital de giro na produção agrícola representa um ativo financeiro de prazo mais longo, de liquidez menor e de risco maior do que um cruzeiro em investimento e capital de giro no setor urbano. O prazo mais longo resulta do fato de que a produção agrícola das culturas temporárias leva em média 6 a 8 meses para se realizar, enquanto que o período de produção no setor industrial, quando se considera o período gasto entre a entrada do produto comercializável e a saída de outro produto comercializável, é mais curto. Assim, na produção de automóvel, os períodos gastos entre a transformação de uma chapa de aço (produto comercializável) em autopeça (outro produto comercializável), e desta autopeça em outra autopeça mais complexa, até a montagem de diversas autopeças em automóvel (o produto comercializável final), são mais curtos. Pode-se dizer, portanto, que o capital de giro associado ao financiamento da produção industrial é de prazo menor e mais líquido que no setor agrícola. Além disto, o capital de giro aplicado no processo industrial pode ser liquidado em qualquer etapa intermediária do processo de produção, que não tem data prefixada. O capital financeiro aplicado na produção de autopeças pode ser convertido em dinheiro assim que a autopeça comercializável estiver pronta. No setor agrícola, o capital financeiro aplicado na produção só pode ser liquidado ao fim do processo biológico de crescimento das plantas cultivadas. Por outro lado, este processo é rígido pelo clima e coincide para vários produtores ao mesmo tempo.

² Mais rigorosamente, a interrupção no processo de produção industrial tem custos menores do que no agrícola.

Assim, a liquidação do investimento financeiro associado à produção agrícola tem custos maiores, e o capital de giro aplicado na produção agrícola, liquidez menor. O risco maior está associado à incerteza quanto à produtividade dos fatores empregados e à variabilidade maior dos preços dos produtos finais, que será discutida adiante.

Em conclusão, pode-se dizer que o capital de giro aplicado na produção agrícola representa investimento financeiro mais arriscado e menos líquido quando comparado com igual quantia aplicada no financiamento do setor industrial. Esta consideração é importante para analisar a reação da produção agrícola no curto prazo, quando o governo altera a liquidez da economia como um todo, e portanto a composição das aplicações financeiras na agricultura e na indústria.

O setor agrícola pode ser caracterizado, também, pela presença de número bastante grande de produtores que trazem ao mercado produtos homogêneos ou padronizados. A presença de grande número de produtores decorre das características de produção onde prevalecem rendimentos decrescentes de escala. Como setor economicamente mais antigo, as tecnologias de produção são mais conhecidas e difundidas, permitindo a presença de número elevado de concorrentes. Na indústria, retornos crescentes de escala, desenvolvimento de novas técnicas de produção e maiores exigências de capital em tamanho absoluto determinam número menor de concorrentes. A rivalidade entre produtores evita competição em termos de preços, que se processa em termos de diferenciação de produtos, marcas e propaganda.

Estas características têm efeitos importantes sobre o processo de formação de preços na indústria e na agricultura. No setor agrícola os preços são determinados livremente pela interação da demanda e oferta, não conseguindo nenhum produtor individualmente controlar os preços dos produtos que vende. Já no setor industrial, como forma de estabilizar a concorrência em setores onde predomina pequeno número de concorrentes, os preços são calculados com base nos custos de produção, o que garante certa transparência aos critérios de formação de preços entre rivais, por um lado, e solvência financeira, para os produtores, por outro (Kalecki, 1939, e Nordhaus, 1972).

No setor agrícola, as características de produção determinam que a elasticidade de oferta com relação aos preços correntes seja nula. A elasticidade de oferta de produto agrícola isolado com relação a preços esperados é elevada, já que é possível substituir, entre anos, uma cultura menos rentável por outra. No agregado, entretanto, a elasticidade de oferta de produtos agrícolas só pode contar com a ampliação da área cultivada e com o progresso tecnológico. No setor industrial, ao contrário, a presença de custos fixos e economias de escala garante elasticidade de oferta mais elevada quando se considera cada produto industrial separadamente e também a produção industrial agregada. Por outro lado, é mais difícil, no curto prazo, alterar a composição da produção industrial

do que a composição da produção agrícola, já que no caso da produção agrícola os fatores de produção são de uso comum, como a terra e a mão-de-obra. No setor industrial o capital fixo e mesmo a mão-de-obra são menos móveis entre atividades diferentes.

Finalmente, é preciso considerar as reações dos produtores e as diferenças entre planos de produção e demanda efetiva e entre preços esperados e preços efetivos. No setor industrial, os empresários têm expectativa sobre preço de produtos que planejam fabricar e sobre as quantidades que serão vendidas. Face a estas expectativas contratam mão-de-obra e compram matérias-primas. Os salários e os preços da matéria-prima determinam os preços da produção que será levada ao mercado. Em virtude de variações inesperadas ou erros de previsão quanto à demanda efetiva os ajustes se dão basicamente sobre estoques quer de produtos finais quer de produtos intermediários. Os preços têm papel limitado a cumprir no processo de ajuste tanto porque a concorrência de preços poderia ser desfeita pelos concorrentes e gerar instabilidade dentro de cada setor industrial, como porque estes são fixados em segmentos inelásticos da curva de demanda.

Na agricultura, diferenças entre preços esperados e preços de mercado decorrentes de erros de previsão ou de variações inesperadas da política econômica se refletem principalmente em variações de preços, cabendo papel muito mais limitado a estoques. Este comportamento decorre em parte dos custos maiores de estocagem no caso dos produtos agrícolas relativamente a produtos industriais. Mas decorrem também do caráter competitivo do setor agrícola, que impede que qualquer produtor estabilize ou impeça individualmente a queda de preço.

A diferença de ajustes no setor agrícola e no setor industrial tem, novamente, efeitos sobre as características do capital de giro aplicado em cada setor. No setor agrícola, o erro de previsão sobre preços futuros se reflete imediatamente em “perda de capital”: os cruzeiros esperados da venda da safra acabam sendo menores do que as receitas efetivamente recebidas, pois os preços se ajustam rapidamente ao excesso de oferta. No setor industrial, por outro lado, excesso de produção decorrente de demanda esperada maior do que a demanda efetiva não se reflete em queda imediata de preços. O ajuste é feito sobre estoques, que crescem, neste caso.

Desta forma, o capital de giro aplicado na agricultura é “liquidado” na safra, realizando-se imediatamente as perdas ou ganhos de capital associados e diferenças entre planos e mercado. Na indústria, os “erros” de previsão se refletem em variações na liquidez da empresa: amontoam-se estoques inesperadamente, e a caixa da empresa cresce menos que o previsto, pelas vendas menores. As “perdas de capital” não são realizadas imediatamente.³

Estas observações permitem analisar o papel da agricultura durante as crises da economia brasileira e as reações do setor às políticas de controle. As seções seguintes discutem estes dois tópicos.

AGRICULTURA E INFLAÇÃO

As crises que marcaram a economia brasileira no período 1963-67 e no período pós-1974 foram caracterizadas por recrudescimento das taxas inflacionárias, dificuldades de financiamento das contas externas e redução do ritmo de crescimento do produto e do emprego. Em parte, estas crises resultam do próprio padrão de crescimento da economia brasileira, tendo coincidido nos dois períodos citados com o esgotamento das fontes de crescimento que caracterizaram o período anterior. Em parte resultam também da política econômica de estabilização de 1965-67 e 1981 (Pastore, 1969, Lemgruber, 1981).

A política de controle da inflação e equilíbrio das contas externas, tanto em 1957-67 quanto atualmente, baseou-se em controle da liquidez da economia através de restrições aos gastos governamentais, aumento da carga tributária e controle nos empréstimos do Banco do Brasil e dos bancos privados. A política cambial e de juros também assume papel importante na política de estabilização atual, embora em 1963-67 tenham tido papel menor.

Nesta seção são analisadas as reações do setor agrícola ao fenômeno inflacionário e às crises de crescimento. As reações à política econômica são tratadas na seção seguinte.

Em primeiro lugar, é oportuno discutir as reações do setor agrícola em períodos de expansão da taxa de inflação e da liquidez da economia e a responsabilidade do setor agrícola no processo inflacionário.

A produção agrícola será analisada considerando-se dois grupos distintos de produtos. Os produtos comercializáveis têm preços determinados pelos preços internacionais e a política cambial. Dada a pequena participação do país no mercado internacional destes produtos, supõe-se que os preços dos produtos agrícolas exportáveis são independentes da safra agrícola brasileira e da demanda doméstica. Os produtos domésticos, por outro lado, têm preços determinados basicamente pela interação da safra nacional e comportamento da demanda doméstica. Os produtos de alimentação se concentram entre os produtos domésticos da agricultura brasileira embora o arroz e o milho, alimentos importantes, sejam produtos comercializáveis. Produtos como o café, o cacau e a cana-de-açúcar, que representam contribuição importante na receita das

³ A variabilidade de preços agrícolas pode ser reduzida pela influência dos preços internacionais. No setor industrial a concorrência internacional tem papel menor devido a políticas protecionistas e à diferenciação dos produtos.

exportações, têm políticas setoriais específicas que os tornam independentes da política cambial geral.

Dadas as características competitivas do setor agrícola, onde os preços se ajustam rapidamente às condições de demanda e oferta, a recrudescimento do processo inflacionário e a elevação da taxa de crescimento da oferta de meios de pagamento são sempre acompanhados de perto pelo crescimento dos preços agrícolas. Os preços industriais, por outro lado, crescem lentamente, apenas repassando os aumentos de preços de alimentos, matérias-primas e salários, que ocorrem em períodos anteriores. O resultado deste processo diferenciado de formação de preços resulta portanto em que, em períodos de elevação da liquidez e da taxa de inflação da economia, os preços agrícolas do mercado interno assumem a liderança, subindo mais rapidamente que a média dos preços da economia.⁴ Os gráficos a seguir dão exemplo sobre este comportamento.

Muitos observadores sugerem que esse comportamento poderia ser explicado simplesmente pelo fato de a elasticidade preço da oferta de produtos agrícolas ser menor que a elasticidade preço da oferta de produtos industriais. De fato, as características da produção agrícola e do setor industrial, que opera com economias de escala, implicam elasticidades preços de oferta maiores para a indústria do que para a agricultura. Mas esta explicação é insuficiente, pois, face à elevação da renda nominal da economia, espera-se que a demanda de produtos industriais cresça mais que a demanda por produtos agrícolas, já que tem elasticidade renda muito menor. E esta característica do comportamento da demanda contrabalançaria os efeitos das características da oferta, não gerando no final o comportamento característico dos preços agrícolas durante períodos de recrudescimento da taxa de inflação.

Não há dúvida de que as características da demanda e da oferta de produtos agrícolas são parte integrante do mecanismo que explica o comportamento dos preços agrícolas no longo prazo. Mas, no curto prazo, a característica competitiva do processo de formação de preços agrícolas e a regra de repasse de custos do setor industrial são explicações mais importantes do comportamento observado. Em termos operacionais, e abstraindo-se de choques de oferta agrícola, pode-se supor que o setor agrícola tem preços que obedecem a teoria quantitativa da moeda, variando proporcionalmente à taxa de crescimento da oferta de meios de pagamento.

Esta hipótese de comportamento explica também por que os preços agrícolas caem mais rapidamente em períodos de corte de liquidez da economia. Se a elasticidade renda da demanda por produtos agrícolas, particularmente a de alimentos, for baixa, a explicação baseada nas características da demanda e

⁴ Os preços agrícolas de mercado interno sobem ou descem juntamente com o crescimento da renda nominal. No gráfico observa-se apenas o crescimento anual dos meios de pagamento, já que não existem informações mensais sobre produto nacional.

GRÁFICO 1

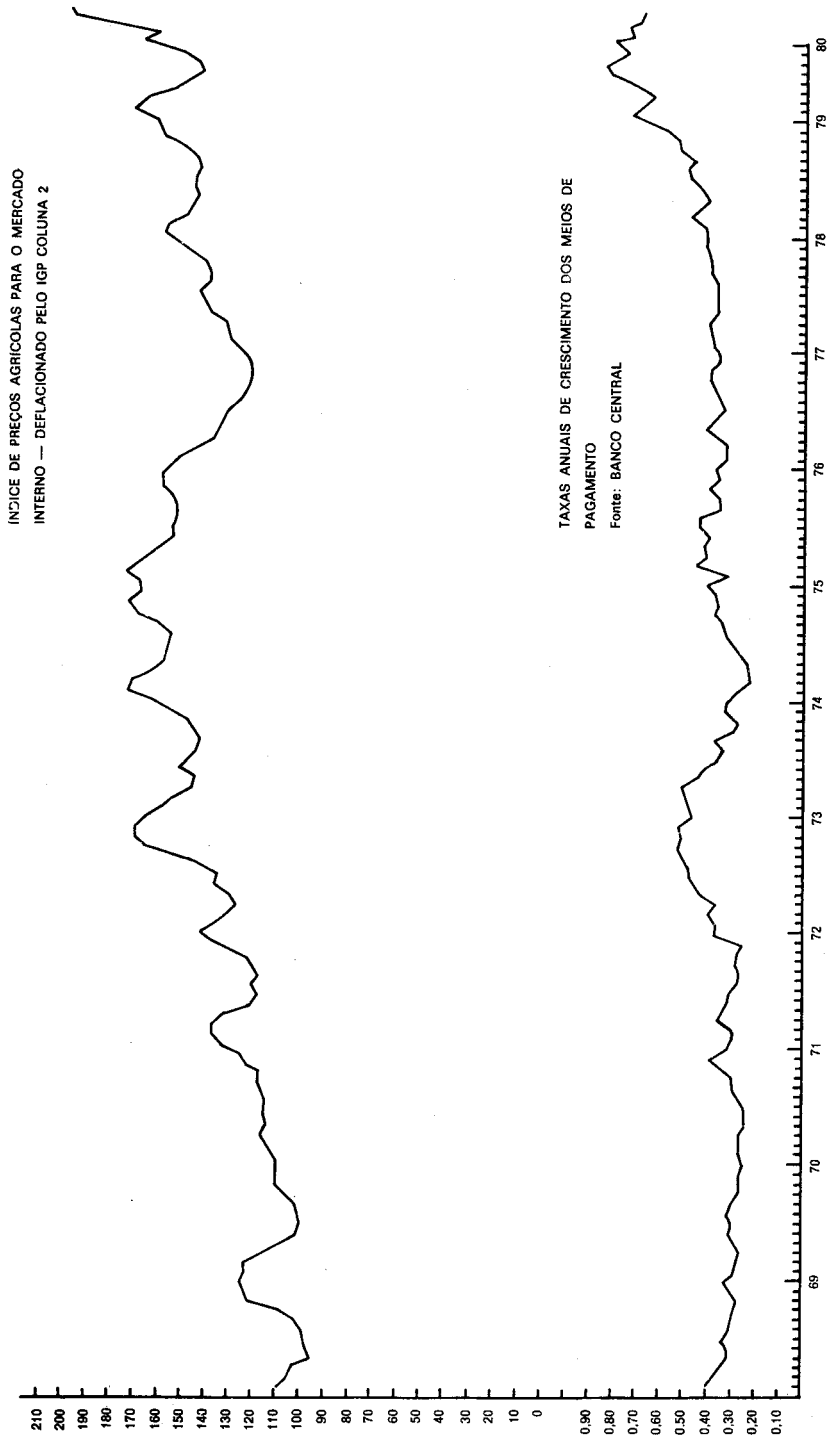


GRÁFICO 2

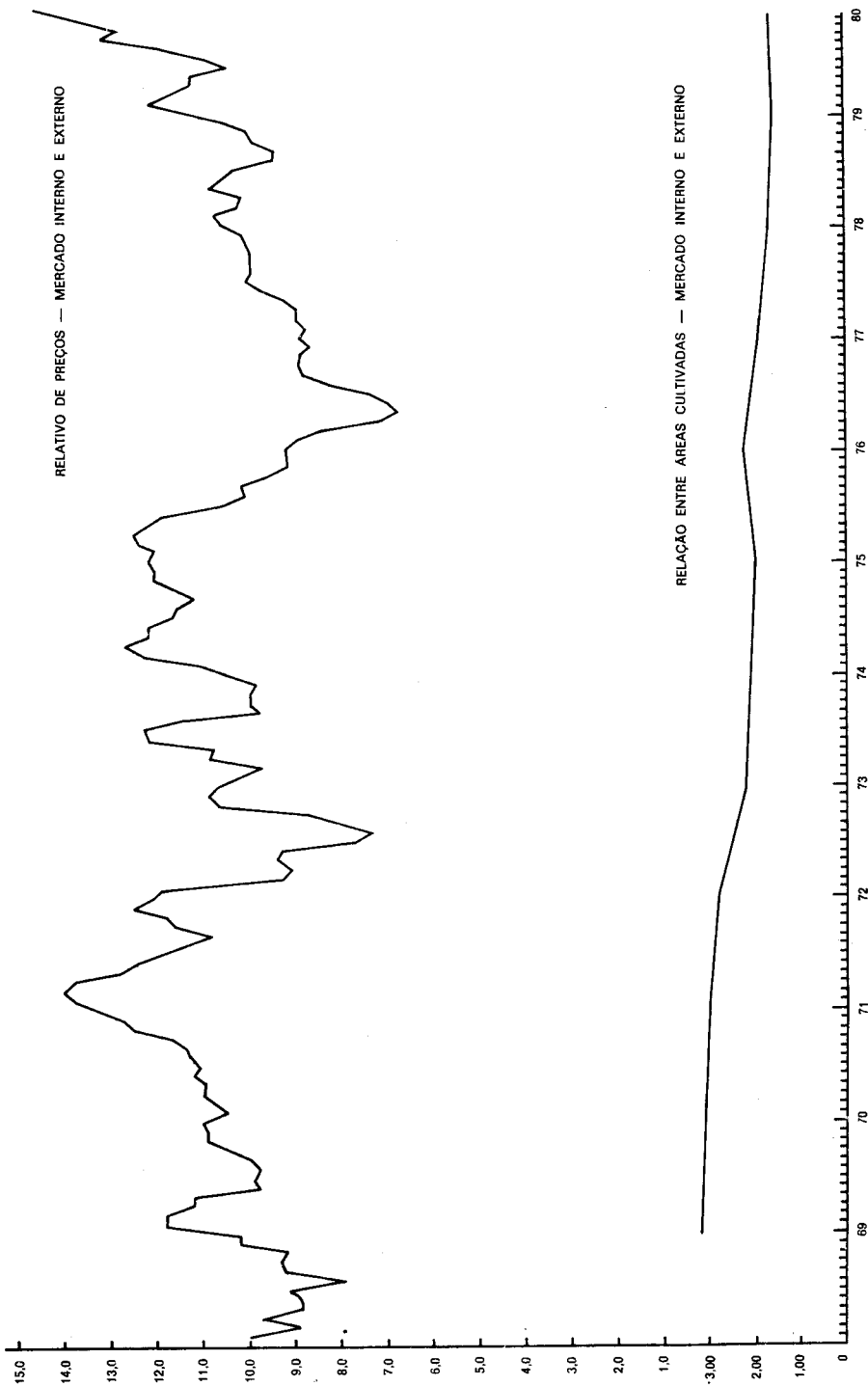


TABELA 1

MERCADO INTERNO — ÍNDICES DE PREÇOS AGRÍCOLAS *
Base: Janeiro 1969 = 100

| Mês \ Ano | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jan. | 100 | 138 | 146 | 216 | 247 | 338 | 497 | 646 | 834 | 984 | 1680 | 3351 |
| Fev. | 98 | 137 | 153 | 220 | 242 | 335 | 502 | 659 | 817 | 1023 | 1663 | 3385 |
| Mar. | 96 | 130 | 158 | 216 | 240 | 335 | 482 | 659 | 817 | 1074 | 1730 | 3351 |
| Abr. | 90 | 122 | 160 | 201 | 247 | 348 | 472 | 659 | 833 | 1160 | 1747 | 3418 |
| Mai. | 93 | 117 | 163 | 197 | 262 | 379 | 481 | 666 | 850 | 1218 | 1834 | 3486 |
| Jun. | 97 | 118 | 166 | 203 | 262 | 375 | 486 | 686 | 850 | 1279 | 1889 | 3765 |
| Jul. | 100 | 122 | 168 | 201 | 280 | 371 | 496 | 707 | 833 | 1279 | 1946 | 4217 |
| Ago. | 104 | 126 | 173 | 207 | 305 | 371 | 536 | 735 | 825 | 1305 | 2082 | 5018 |
| Set. | 113 | 134 | 175 | 215 | 329 | 386 | 574 | 764 | 833 | 1357 | 2311 | 5118 |
| Out. | 130 | 141 | 187 | 232 | 345 | 398 | 597 | 802 | 850 | 1452 | 2565 | 6142 |
| Nov. | 135 | 142 | 194 | 248 | 348 | 426 | 597 | 826 | 884 | 1554 | 2745 | 7186 |
| Dez. | 138 | 143 | 206 | 255 | 341 | 456 | 609 | 826 | 928 | 1647 | 2992 | 7689 |

Fontes: Preço: Suplemento Especial da Revista **Conjuntura Econômica**, nov./79. Área colhida: **Anuário Estatístico da FIBGE**, exceto para os anos de 1972 e 1980.

* Estes índices são compostos pelos seguintes produtos: arroz, banana, batata, feijão, mandioca e milho.

Obs.: O peso de cada produto relaciona-se à sua participação específica no total da área colhida para a supracitada pauta.

TABELA 2

MERCADO EXTERNO — ÍNDICES DE PREÇOS AGRÍCOLAS *
Base: Janeiro de 1969 = 100

| Mês \ Ano | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jan. | 100 | 117 | 139 | 157 | 216 | 331 | 447 | 533 | 930 | 1120 | 1562 | 2751 |
| Fev. | 110 | 116 | 143 | 157 | 261 | 344 | 407 | 533 | 977 | 1142 | 1609 | 2889 |
| Mar. | 99 | 116 | 144 | 157 | 264 | 306 | 379 | 528 | 1143 | 1188 | 1689 | 2976 |
| Abr. | 101 | 109 | 145 | 157 | 264 | 321 | 387 | 539 | 1234 | 1247 | 1605 | 3036 |
| Mai. | 104 | 119 | 145 | 159 | 282 | 311 | 395 | 561 | 1209 | 1247 | 1733 | 3309 |
| Jun. | 107 | 119 | 149 | 169 | 341 | 305 | 415 | 645 | 1149 | 1272 | 1837 | 3408 |
| Jul. | 126 | 124 | 149 | 177 | 385 | 320 | 427 | 703 | 1000 | 1285 | 2039 | 3544 |
| Ago. | 113 | 126 | 152 | 191 | 381 | 378 | 474 | 724 | 940 | 1311 | 2202 | 3792 |
| Set. | 121 | 129 | 150 | 185 | 377 | 386 | 493 | 796 | 931 | 1363 | 2312 | 3982 |
| Out. | 132 | 129 | 150 | 196 | 324 | 398 | 493 | 868 | 959 | 1431 | 2543 | 4539 |
| Nov. | 132 | 130 | 153 | 198 | 318 | 434 | 493 | 894 | 1017 | 1517 | 2594 | 4902 |
| Dez. | 135 | 130 | 155 | 210 | 318 | 430 | 498 | 894 | 1037 | 1547 | 2620 | 5196 |

Fontes: Preço Soja: **Informações Econômicas** do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Demais produtos: Suplemento Especial da Revista **Conjuntura Econômica**, nov. 79. Área colhida: **Anuário Estatístico da FIBGE**, exceto para os anos de 1972 e 1980.

* Estes índices são compostos pelos seguintes produtos: arroz, banana, batata, feijão, e amendoim.

Obs.: O peso de cada produto relaciona-se à sua participação específica no total da área colhida para a supracitada pauta.

TABELA 3

ÍNDICE DE PREÇO DE PRODUTOS DE MERCADO INTERNO DEFLACIONADO PELO IGP COL. 2 (DISP. INTERNA)
Base: 1969 = 100

| Ano Mês | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Jan. | 108,59 | 125,41 | 110,85 | 137,20 | 135,59 | 158,59 | 174,50 | 173,88 | 152,53 | 131,05 | 157,36 | 172,81 |
| Fev. | 104,99 | 122,75 | 114,40 | 137,05 | 131,31 | 153,11 | 172,34 | 170,32 | 144,84 | 131,71 | 150,14 | 167,49 |
| Mar. | 102,33 | 114,29 | 115,56 | 132,42 | 128,38 | 146,50 | 162,91 | 164,26 | 139,07 | 133,94 | 147,68 | 155,58 |
| Abr. | 94,68 | 106,91 | 115,30 | 121,91 | 130,24 | 144,75 | 156,72 | 158,31 | 136,24 | 139,24 | 143,67 | 150,10 |
| Mai. | 96,76 | 100,91 | 115,34 | 118,46 | 136,66 | 152,30 | 156,38 | 154,72 | 134,21 | 142,39 | 147,39 | 143,91 |
| Jun. | 98,69 | 99,58 | 114,84 | 120,78 | 135,44 | 147,77 | 154,57 | 155,22 | 131,63 | 144,30 | 146,71 | 146,83 |
| Jul. | 99,40 | 101,21 | 114,52 | 117,96 | 143,27 | 144,27 | 154,49 | 154,11 | 126,35 | 140,32 | 144,82 | 151,64 |
| Ago. | 101,69 | 102,19 | 116,84 | 119,77 | 154,50 | 142,63 | 162,42 | 153,91 | 123,57 | 139,42 | 146,44 | 168,78 |
| Set. | 108,07 | 106,55 | 116,52 | 123,03 | 164,85 | 145,98 | 170,01 | 154,67 | 122,63 | 141,37 | 150,90 | 163,48 |
| Out. | 121,71 | 110,47 | 123,01 | 131,52 | 170,48 | 148,29 | 172,93 | 158,63 | 121,78 | 147,02 | 159,18 | 182,26 |
| Nov. | 124,57 | 110,39 | 126,33 | 139,38 | 169,86 | 156,27 | 169,28 | 160,32 | 123,46 | 153,15 | 161,37 | 198,29 |
| Dez. | 126,97 | 110,32 | 132,74 | 142,30 | 164,69 | 163,68 | 169,00 | 156,72 | 126,86 | 159,87 | 163,89 | 200,33 |

TABELA 4

RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE PREÇOS PARA A PAUTA DE
MERCADO INTERNO E EXTERNO*

| Ano \ Mês | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jan. | 1,00 | 1,18 | 1,05 | 1,38 | 1,14 | 1,02 | 1,11 | 1,21 | 0,90 | 0,88 | 1,08 | 1,22 |
| Fev. | 0,89 | 1,18 | 1,07 | 1,40 | 0,93 | 0,97 | 1,23 | 1,24 | 0,84 | 0,90 | 1,03 | 1,17 |
| Mar. | 0,97 | 1,12 | 1,10 | 1,38 | 0,91 | 1,09 | 1,27 | 1,25 | 0,71 | 0,90 | 1,02 | 1,13 |
| Abr. | 0,89 | 1,12 | 1,10 | 1,28 | 0,94 | 1,08 | 1,22 | 1,22 | 0,68 | 0,93 | 1,09 | 1,13 |
| Mai. | 0,89 | 0,98 | 1,12 | 1,24 | 0,93 | 1,22 | 1,22 | 1,19 | 0,70 | 0,98 | 1,06 | 1,05 |
| Jun. | 0,91 | 0,99 | 1,11 | 1,20 | 0,77 | 1,23 | 1,17 | 1,06 | 0,74 | 1,01 | 1,03 | 1,10 |
| Jul. | 0,79 | 0,98 | 1,13 | 1,14 | 0,73 | 1,16 | 1,16 | 1,01 | 0,83 | 1,00 | 0,95 | 1,19 |
| Ago. | 0,92 | 1,00 | 1,14 | 1,08 | 0,80 | 0,98 | 1,13 | 1,02 | 0,88 | 1,00 | 0,95 | 1,32 |
| Set. | 0,93 | 1,04 | 1,17 | 1,16 | 0,87 | 1,00 | 1,16 | 0,96 | 0,89 | 1,00 | 1,00 | 1,29 |
| Out. | 0,92 | 1,09 | 1,25 | 1,18 | 1,06 | 1,00 | 1,21 | 0,92 | 0,89 | 1,01 | 1,01 | 1,35 |
| Nov. | 1,02 | 1,09 | 1,27 | 1,25 | 1,09 | 0,98 | 1,21 | 0,92 | 0,87 | 1,02 | 1,06 | 1,47 |
| Dez. | 1,02 | 1,10 | 1,33 | 1,21 | 1,07 | 1,06 | 1,22 | 0,92 | 0,89 | 1,06 | 1,14 | 1,48 |

* Índice de preço para mercado interno
Índice de preço para mercado externo

oferta não consegue descrever o comportamento dos preços agrícolas durante períodos de redução da taxa de inflação.

Estas observações sobre o processo de formação de preços do setor agrícola referem-se apenas à produção agrícola do mercado interno, já que os produtos de exportação têm seus preços ou fixados pela política governamental ou pela taxa cambial e preços internacionais.

O comportamento dos preços agrícolas durante o processo inflacionário permite algumas conclusões importantes. Em primeiro lugar, a elevação da taxa de inflação e sua posterior estabilização elevam definitivamente os termos de troca entre preços industriais e preços de alimentos, mantidos constantes os custos de produção. Assim, a agricultura "votaria" por mais inflação ou por inflação estável. Da mesma forma, a política de redução da liquidez e da taxa de inflação derrubaria mais depressa as taxas de crescimento dos preços agrícolas do que a taxa de inflação da economia, diminuindo permanentemente, portanto, a relação de trocas preços de alimentos-preços industriais.

A sensibilidade dos preços agrícolas ao crescimento ou redução da liquidez da economia explica diversas observações sobre os mercados de produtos agrícolas, quer em crises de liquidez quer durante períodos de recrudescimento da inflação. Assim, as acusações anedóticas ao chuchu e outros hortigranjeiros durante períodos de recrudescimento da taxa de inflação, freqüentes no noticiário econômico brasileiro, refletem simplesmente a reação mais rápida da agricultura à elevação da liquidez e das taxas de inflação da economia. O comportamento recente, demonstrado no gráfico seguinte, confirma o raciocínio. Da mesma forma, a derrubada dos preços do café nos mercados internacionais

durante a crise de 1929 dificilmente poderia ser explicada por redução na demanda decorrente da crise, dada a baixa elasticidade renda da demanda de café. Celso Furtado atribui a derrubada de preços à combinação de pequena redução na demanda associada ao anúncio de safra recorde brasileira. Mas a explicação baseada em corte da liquidez, além de combinar com o comportamento observado na crise de 1929, consegue explicar também as quedas recentes dos preços do cacau, soja e açúcar concomitantes à redução da liquidez internacional.

A observação de que os preços agrícolas crescem mais rapidamente em períodos de aceleração da taxa de inflação não permite concluir nada sobre a importância da agricultura no recrudescimento da inflação ou em períodos de redução da taxa de inflação. Ambos os comportamentos decorrem do processo de formação de preços no setor e não indicam necessariamente pressão de custo. Mas a agricultura tem papel ativo no processo inflacionário. A inflação resulta de processo de aumentos sucessivos de preços nominais, destinados a congelar os preços relativos e as rendas dos diversos setores ou classes participantes da economia, face à alteração de preços de produtos com poucas possibilidades de substituição. A mudança de preços relativos pode resultar de alteração estrutural da economia, ou de prática monopolista, como no caso dos preços do petróleo (Olivera, 1964, Sayad, 1981, Silva, 1981).

A reação dos diversos preços da economia só é possível porque alguns setores ou classes têm poder de controlar os preços nominais dos produtos que vendem ou têm preços fixados independentemente da situação de mercado. Os preços industriais, a política de desvalorização cambial, a política de reajustes de preços públicos, a política de reajuste salarial são exemplos de mecanismos de proteção ou reação face à elevação dos preços da economia, que compõe o processo inflacionário. Quanto mais experiência a economia tiver com o processo inflacionário, mais fáceis e mais rápidas serão as reações à tentativa de qualquer classe ou setor de aumentar sua participação na produção nacional, e portanto maior será a taxa de inflação decorrente de um aumento de preços qualquer. Não é preciso lembrar que a economia brasileira, dada sua convivência antiga com o processo inflacionário e a presença de mecanismos formais de indexação, tende a experimentar taxas de inflação maiores em decorrência de impactos de custo que em outras economias gerariam taxas menores de inflação.

Esta visão do processo inflacionário pode ilustrar como o setor agrícola está associado a tal processo. Variações inesperadas da safra agrícola implicarão aumento nos preços dos produtos agrícolas e reações nos preços dos demais setores da economia, compondo o processo inflacionário.

A ocorrência deste tipo de mecanismo inflacionário depende de características estruturais da economia. É preciso que os alimentos representem parcela

GRÁFICO 3

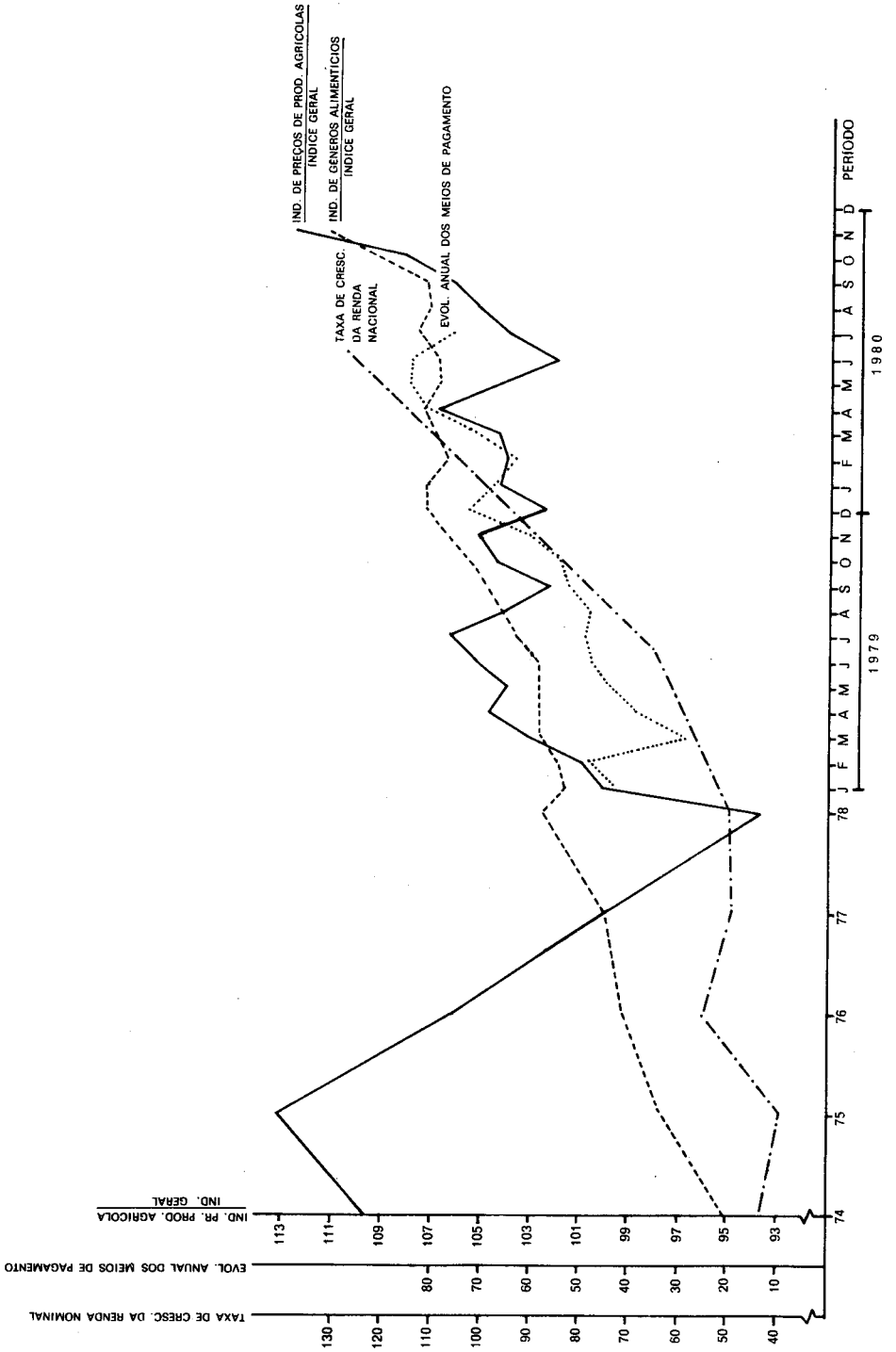
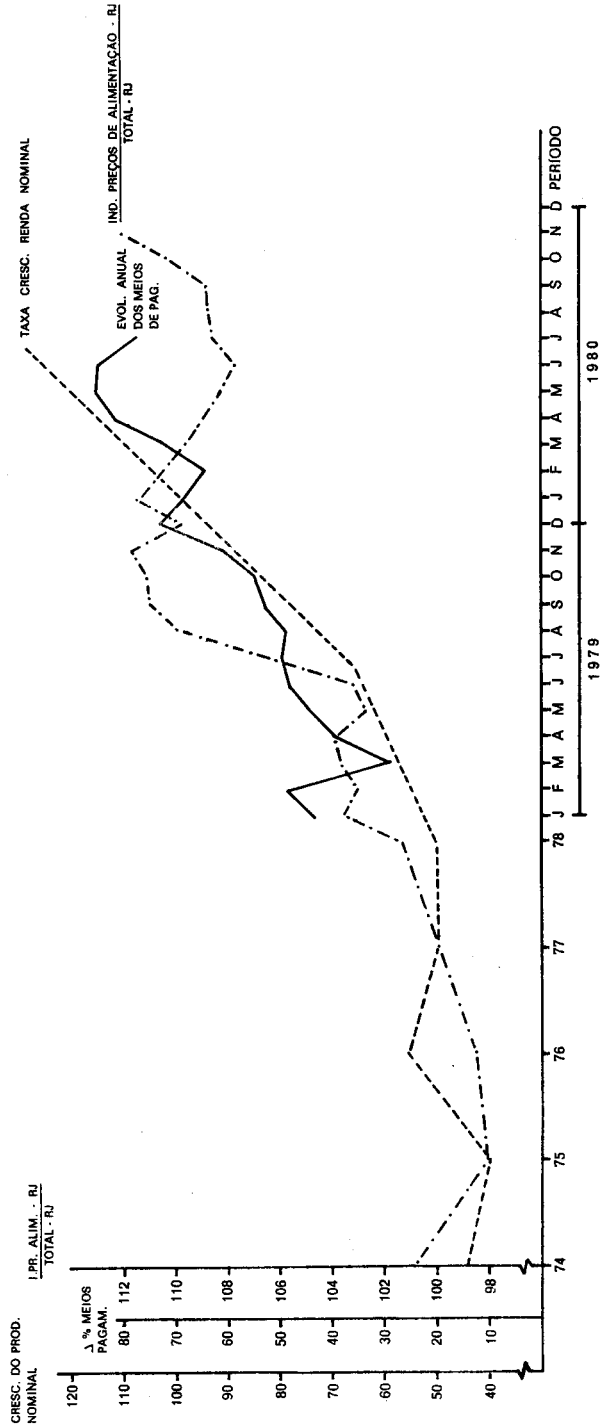


GRÁFICO 4



FONTE: CONJUNTURA ECONOMICA

substancial dos salários e que o nível salarial seja tal que elevações de preços dos alimentos não possam ser compensadas por reduções, ainda que temporárias, da demanda por outros produtos. Elevações de preços de produtos que podem ser substituídos por outros não precisam ser repassadas e não causam inflação. No caso do Brasil, preços maiores de alimentos resultam em aumentos de preços industriais, em aumentos da taxa cambial e em inflação. A redução recente da disponibilidade de alimentos *per capita* aumenta a importância das variações de oferta agrícola sobre a inflação (Melo, 1980).

É condição necessária para a ocorrência do processo inflacionário o comportamento passivo da oferta de meios de pagamento, que cresce para financiar os preços nominais mais elevados. A contenção da liquidez da economia afetaria o emprego do setor industrial. Por isto, a oferta de moeda reage passivamente, financiando a inflação decorrente da má safra.

É preciso compreender claramente o papel que estruturas de mercado exercem no fenômeno inflacionário. Vários autores chamam atenção para o fato de que oligopólios ou monopólios não podem ser responsabilizados pelo fenômeno inflacionário, pois a inflação é aumento permanente dos preços, e o poder de controlar preços dos oligopólios tenderia a fixar preços mais altos e não a elevar os preços permanentemente (Tobin, 1973). Mas estruturas de mercado concentradas geram processos inflacionários por fixarem preços rígidos em termos nominais, que podem gerar inflação, dada uma combinação estrutural com setores competitivos de preços flexíveis. Assim, economias compostas apenas de setores competitivos como o setor agrícola não tenderiam a fenômenos inflacionários, pois elevações bruscas nos preços agrícolas, decorrentes de más safras, não enfrentariam preços nominais rígidos nos demais setores e portanto não gerariam inflação. Economias compostas apenas de estruturas oligopolizadas não estão sujeitas a choques de oferta e variações de preços, não apresentando, também, problemas inflacionários.

Na realidade, a agricultura tem papel importante no fenômeno inflacionário em decorrência de particular combinação de competitividade no setor agrícola e de preços nominais rígidos no setor industrial. Esta combinação está presente especialmente nas economias latino-americanas, que já contam com presença significativa de setores industriais, mas onde o setor agrícola tem representatividade elevada (Olivera, 1964).

Em contraposição, as estruturas de mercado concentradas, os oligopólios, foram várias vezes apontadas como principais responsáveis pelo fenômeno inflacionário do tipo latino-americano, particularmente através dos serviços comerciais de abastecimento urbano. Alguns autores apontaram o setor de comercialização de alimentos como principal responsável do processo inflacionário, eximindo de culpa a produção agrícola (Rangel, 1963).

Segundo estes observadores, o setor de comercialização e abastecimento

urbano não transmitiria os aumentos de preços para os produtores agrícolas, em períodos de demanda crescente, e da mesma forma magnificaria as elevações de preços decorrentes de más safras para os consumidores urbanos.

Para analisar o comportamento dos intermediários encarregados de abastecimento urbano é preciso antes descrever como o poder de controlar preços afeta a variabilidade de preços pagos pelos consumidores urbanos e como a variabilidade de preços agrícolas afeta a taxa de inflação.

A inflação está associada à variabilidade de preços e não a preços altos. Assim, oligopólio ou monopólio no setor de abastecimento urbano não causariam inflação se praticassem apenas preços elevados, garantindo a estabilidade dos preços. Por outro lado, se os oligopólios encarregados de abastecer as cidades brasileiras tivessem comportamento especulativo desestabilizador, magnificando as variações de preço decorrentes de más safras, poderiam ser responsabilizados pelo processo inflacionário (Sayad, 1981).

O poder de controlar preços, dos comerciantes do abastecimento urbano, permite que em períodos de boas safras estes derrubem mais os preços ao nível dos agricultores do que ao nível dos consumidores e, inversamente, em períodos de más safras, aumentem menos os preços aos consumidores do que aos produtores. Este tipo de comportamento reduz a variabilidade de preços ao nível dos consumidores e a amplia ao nível do agricultor. Desta forma, os atacadistas e varejistas urbanos acabam por reduzir a variabilidade de preços ao nível urbano à custa de ampliação de variabilidade para os agricultores. Embora este comportamento seja prejudicial à agricultura, representa contribuição positiva para redução da taxa de inflação, pois variabilidade menor de preços ao nível do consumidor reduz ou não pressiona a taxa de inflação.

É preciso considerar também os efeitos da inflação sobre os planos de produção e emprego na agricultura. A inflação cria dificuldade adicional em termos de incerteza para os produtores agrícolas, conforme discutido antes. Além de previsões sobre preços relativos futuros, os agricultores precisam fazer previsões sobre preços nominais futuros, e as diferenças entre planos de produção baseados em preços esperados e vendas se refletem em preços de mercado. Assim, taxas de inflação mais elevadas geram incerteza maior para os agricultores em termos de previsão de preços futuros e variâncias maiores de preços, quer quando se consideram as taxas de variação de preços agrícolas entre diversos produtos agrícolas, quer quando se considera a média dos preços agrícolas em diferentes momentos de tempo (Silva, 1981).

Existem evidências de que as taxas de variação dos preços agrícolas estão sujeitas não somente à grande dispersão mas também são distribuídas assimetricamente em torno da média. Quando a inflação se eleva, os preços agrícolas crescem a taxas maiores que a taxa de inflação, com dispersão maior, a maior parte dos preços agrícolas crescendo a taxas menores que a média. Os preços

industriais também apresentam esta assimetria, mas com dispersão menor, medida pela variância. As características da distribuição de preços agrícolas e industriais são apresentadas na tabela a seguir.

A incerteza quanto a preços futuros se reduz quando a taxa de inflação se reduz, mas a média dos preços agrícolas cresce abaixo da taxa média de inflação, e o menor risco é compensado pelo retorno médio menor.

AGRICULTURA E POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO

Nesta seção discute-se como a agricultura reage a políticas de estabilização. Consideram-se os efeitos da política de contenção da liquidez, inicialmente, e depois as políticas de câmbio e de taxas de juros.

Para compreender os efeitos da política de contenção da liquidez da economia, é preciso considerar a argumentação anterior de que o capital de giro empregado no financiamento do setor agrícola representa ativo financeiro de prazo mais longo e liquidez menor do que o capital de giro investido no setor industrial. Além disto, dada a variabilidade maior de preços agrícolas e a plausibilidade de quedas mais rápidas dos preços agrícolas do que dos preços industriais, o ativo financeiro aplicado na agricultura tem risco maior.

Quando o governo limita a liquidez da economia através de operações de mercado aberto e contenção do crédito ao setor privado, o setor privado da economia tenta recompor seus ativos financeiros desfazendo-se de ativos menos líquidos. Para o setor privado como um todo, evidentemente, a tentativa de aumentar a liquidez de suas carteiras de ativos é impossível. O efeito final se reflete nos preços dos ativos menos líquidos que se reduzem e no aumento dos preços dos ativos mais líquidos. No tocante a compras de novos ativos, privilegiam-se os ativos mais líquidos em detrimento dos de menor liquidez.

Em termos de agricultura e indústria pode-se concluir que a tentativa de reduzir a liquidez da economia acabará por reduzir muito mais a oferta de capital de giro para a agricultura do que para o setor industrial. Assim, pode-se esperar que a política de redução de liquidez afete a área cultivada diretamente, enquanto que no setor industrial afetará os investimentos de ampliação da capacidade.

A redução de liquidez da economia está associada também à elevação das taxas de juros, quer em decorrência da procura maior por liquidez, quer em decorrência da própria política financeira do governo, que retira liquidez através da venda de títulos públicos. A elevação da taxa de juros, por outro lado, afeta diferentemente os setores industrial e agrícola. No setor industrial, taxas de juros maiores se refletem em custos maiores de manutenção de estoques e replanejamento do ritmo de investimento de longo prazo. No setor agrícola, taxas de juros maiores têm também efeitos sobre os custos de manutenção de estoques no setor de comercialização, derrubando os preços dos produtos. Mas

TABELA 5

PARÂMETRO DA DISTRIBUIÇÃO DE ÍNDICES DE AUMENTO DE PREÇOS
DADOS DIVIDIDOS EM CATEGORIAS

Brasil 1970-1980
(em porcentagem)

| | Média | Desvio Padrão | Mediana | Assimetria |
|-------------------------------------|-------|---------------|---------|------------|
| Período 1 (01/70 — 10/73) | | | | |
| Agricultura | 26,30 | 19,00 | 22,57 | 26,59 |
| Indústria | 17,10 | 10,70 | 14,59 | 17,81 |
| Média | 18,50 | 12,80 | 15,35 | 19,47 |
| Período 2 (11/73 — 10/74) | | | | |
| Agricultura | 23,60 | 22,70 | 27,46 | 23,46 |
| Indústria | 28,20 | 20,90 | 20,44 | 30,23 |
| Média | 27,50 | 21,20 | 19,94 | 28,82 |
| Período 3 (11/74 — 09/75) | | | | |
| Agricultura | 22,00 | 24,70 | 17,25 | 23,40 |
| Indústria | 28,40 | 18,70 | 25,48 | 28,40 |
| Média | 27,40 | 19,80 | 24,27 | 27,51 |
| Período 4 (10/75 — 12/76) | | | | |
| Agricultura | 61,10 | 55,30 | 37,94 | 67,35 |
| Indústria | 33,40 | 18,40 | 29,55 | 34,23 |
| Média | 37,60 | 29,20 | 30,49 | 40,65 |
| Período 5 (01/77 — 12/78) | | | | |
| Agricultura | 53,70 | 34,50 | 47,26 | 54,65 |
| Indústria | 39,00 | 13,80 | 36,24 | 39,37 |
| Média | 41,20 | 19,20 | 37,05 | 42,07 |
| Período 6 (01/79 — 12/80) | | | | |
| Agricultura | 88,10 | 57,50 | 67,28 | 93,03 |
| Indústria | 71,70 | 34,90 | 58,87 | 73,58 |
| Média | 74,20 | 39,60 | 60,15 | 76,58 |
| Todos os períodos | | | | |
| Agricultura | 47,80 | 45,70 | 38,00 | 49,62 |
| Indústria | 36,60 | 28,30 | 30,25 | 37,98 |
| Média | 38,30 | 31,80 | 30,88 | 40,25 |

Fonte: **Conjuntura Econômica**, vários temas.

Nota: Este quadro baseia-se sobre 10 índices de preços para o setor agrícola e sobre 40 índices para o setor de manufaturados.

afeta mais pesadamente as decisões de manutenção de capital de giro na agricultura, dados a liquidez, o risco e o prazo maior deste investimento. Assim, pode-se esperar que o setor agrícola apresentará desempenho ainda pior do que o setor industrial em períodos de redução da liquidez da economia, pois a elevação da taxa de juros afeta mais a produção corrente no setor agrícola do que no setor industrial.

É paradoxal que o setor que tenha maior flexibilidade de preços esteja sujeito também a reduções maiores no emprego e na produção face a reduções de liquidez. O paradoxo, entretanto, pode ser explicado: a flexibilidade de preços do setor agrícola consegue apenas o escoamento da safra passada. A safra futura, a produção e o emprego do setor dependem dos preços esperados dos produtos agrícolas. E estes estão sujeitos a maior incerteza, em primeiro lugar, do que os preços industriais, e têm comportamento desfavorável, em período de corte de liquidez, exatamente devido à sua flexibilidade. Assim, a flexibilidade nominal dos preços agrícolas não só não garante o emprego no setor com também determina o crescimento menor ou decréscimo da área cultivada.

As considerações financeiras sobre a atividade agrícola podem indicar também os efeitos que a redução de liquidez têm sobre a composição da produção agrícola. Dentro do setor agrícola existem produtos e atividades que requerem mais recursos financeiros por cruzeiro de produção, por utilizarem parcela maior de insumos comprados fora; por utilizarem mão-de-obra concentradamente em alguns períodos do ano, e portanto não residente na fazenda; por terem ciclos de produção mais longos etc. Por outro lado, outras atividades agrícolas requerem menor capital de giro por unidade de produção, porque contam com a mão-de-obra residente na fazenda, por poderem ser produzidas em parceria ou em meia, exigindo desembolso menor de salário, ou por terem produção contínua durante o ano inteiro. A pecuária é bom exemplo: a atividade de cria e engorda requer poucos insumos comprados fora. É produção contínua que coloca à disposição do agricultor a possibilidade de “fazer dinheiro” ou liquidar o investimento em parcelas, conforme as necessidades, durante o ano todo. A pecuária de leite, da mesma forma, é atividade geradora de capital de giro pela venda diária da produção. Culturas de subsistência e que podem ser praticadas com tecnologia mais antiga, como o milho, o feijão e a mandioca, também requerem menor capital de giro que culturas como a soja, produtos hortigrangeiros, a batata etc. Culturas permanentes já implantadas onde o custo de trato e colheita representa parcela pequena do valor de produção têm uma demanda menor de capital de giro, e seriam privilegiadas em períodos de corte de liquidez. O café e o cacau seriam bons exemplos deste caso.⁵

⁵ Argumento devido ao Prof. Guilherme Leite da Silva Dias.

Desta forma, em períodos de corte de liquidez enquanto os incentivos de preços caminham contra a agricultura do mercado interno, a tentativa de recompor a liquidez nas atividades agrícolas aponta no sentido de aumentar as áreas dedicadas aos cultivos de ciclo mais curto ou com requerimento menor de capital de giro com tecnologia mais antiga e menos intensiva em insumos comprados fora e com formas de contratação de mão-de-obra não assalariadas (parceria, meia). Assim, a redução de liquidez afeta a composição da produção agrícola, podendo diminuir a produtividade do setor.

A combinação tradicional de redução da liquidez da economia e desvalorização cambial pode ter efeitos maiores sobre o setor agrícola que sobre o industrial, pois uma política reforça a outra. A desvalorização cambial mais rápida aumenta as áreas agrícolas destinadas ao cultivo de exportáveis. Da mesma forma, a redução de liquidez reduz a rentabilidade de alimentos mas pode aumentar a área cultivada.⁶ Do ponto de vista da renda real do setor agrícola, entretanto, as políticas têm efeitos bastante diversos. A desvalorização cambial mais rápida aumenta a remuneração da produção de exportáveis e indiretamente o custo e os preços de produtos de mercado interno, pela competição por fatores comuns de produção como a terra e a mão-de-obra. A redução de liquidez, por outro lado, aumenta a produção de exportáveis pela redução dos termos de troca entre agricultura de alimentos e agricultura de exportação e pela redução da relação de trocas agricultura-indústria.

A facilidade maior de ajuste na composição da produção agrícola relativamente à produção industrial sugere que os ajustes externos de desequilíbrio no curto prazo serão obtidos basicamente do setor agrícola e à custa de produção de alimentos.

Os efeitos de políticas de estabilização alternativas têm repercussões importantes sobre a distribuição de renda. Em países onde a renda é extremamente concentrada pode-se analisar os efeitos sobre a distribuição de renda analisando-se a composição da produção. Assim, na economia brasileira podem associar-se os gastos em investimentos e as importações, que se destinam à compra de bens de capital e produtos intermediários, aos lucros. Por outro lado, os salários podem ser associados à produção de bens de consumo do setor industrial e à produção de alimentos na agricultura. Os produtos exportáveis do setor agrícola são trocados por importações e, portanto, estão relacionados com os lucros do setor industrial. A participação dos salários na economia pode ser determinada pela participação da indústria de bens de consumo e da agricultura de alimentos do PNB. Ao passo que a participação de lucros na renda pode ser aproximada pela participação da agricultura de exportações e produção industrial de bens de capital e produtos intermediários.

⁶ A tentativa de recompor a liquidez pode favorecer o cultivo de alimentos.

Se a política de redução de liquidez ampliar a produção de exportáveis em detrimento da produção de alimentos, implicará aumento na participação dos lucros na renda, em detrimento dos salários, e redução da participação da agricultura no produto nacional. A política de desvalorização cambial tem efeitos semelhantes, já que o aumento da área cultivada de exportáveis, no curto prazo, é obtido à custa da área de alimentos. Entretanto, no longo prazo, a desvalorização cambial aumenta a remuneração média do setor agrícola e a área de exportáveis sem reduzir em termos absolutos a produção agrícola de mercado interno. No caso de desvalorização, portanto, o equilíbrio das contas externas implica, no longo prazo, aumento na produção agrícola no produto nacional. Se a agricultura tem distribuição de renda pessoal menos concentrada, a distribuição de renda nacional será menos concentrada (Langoni, 1973).

A política de desvalorização cambial tem também efeitos significativos sobre a taxa de inflação. Desvalorizações cambiais mais rápidas aumentam mais rapidamente os custos industriais e a taxa de inflação. Mas, ao evitar a política de redução de liquidez e a redução de termos de troca, adiciona uma razão para que a agricultura prefira inflações estáveis relativamente a cortes de liquidez.

CONCLUSÕES

A análise apresentada sugere dois resultados que merecem ênfase especial. Em primeiro lugar, se a agricultura se comporta conforme as previsões apresentadas, pode-se concluir que a política de estabilização afeta mais sensivelmente o setor agrícola do que o setor industrial, principalmente quando se considera a realocação da produção entre diferentes produtos ou setores e a flexibilidade de preços. Esta rapidez maior acaba por reservar ao setor agrícola papel fundamental no equilíbrio das contas externas e na política antiinflacionária. Em segundo lugar, apesar de este resultado poder ser considerado favorável no curto prazo, seus impactos sobre a distribuição de renda e a produção de alimentos podem ser indesejáveis especialmente se houver redução na participação da produção agrícola de mercado interno e da área dedicada a produtos alimentares. Assim, a política de estabilização no curto prazo pode acabar por concentrar a renda e agravar as deficiências de alimentos *per capita* quando se considera prazo maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Eliana, 1980: "Oferta de Alimentos e Inflação", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 10, n.º 1, abril, pp. 45-70.
- CASTRO, A. B., 1969: "Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil", in *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, Editora Forense.
- KALECKI, M., 1939: *Essays in the Theory of Economic Fluctuations*, Londres, G. Allen & Unwin.

- LANGONI, Carlos G., 1973: *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Ed. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro.
- LEMGRUBER, Antonio C., 1981: "As Recessões de Crescimento no Brasil", *Conjuntura Econômica*, vol. 35, n.º 4, abril, pp. 87-98.
- MELO, Fernando B. Homem de, 1980: "A Agricultura nos anos 80", *Estudos Econômicos*, vol. 10 (2): 57-101.
- MELLOR, J. W., 1967: "Toward a Theory of Agricultural Development" in Southworth, H. M. e Johnston, B., *Agricultural Development and Economic Growth*, Cornell University Press.
- NORDHAUS, William, 1972: *A Technique for Analysing and Decomposing Inflation*.
- OLIVEIRA, J., 1964: "On Structural Inflation and Latin American Structuralism", *Oxford Economic Papers*, out.
- PASTORE, A. C., 1969: "Inflação e Política Monetária no Brasil", *Revista Brasileira de Economia*, março.
- RANGEL, Ignácio, 1963: *A Inflação Brasileira*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- SAYAD, J., 1981: "Abastecimento Urbano e Inflação", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 11 (3): 563-598, dez.
- SAYAD, J., 1979: "Inflação e Agricultura", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 9 (1): 1-32, abr.
- SILVA, Adroaldo M. e Kadota, Décio K., 1982: "Inflação e Preços Relativos", *Estudos Econômicos*, vol. 12 (1), no prelo.
- TOBIN, James, 1973: "Inflation and Unemployment", *American Economic Review*, Papers and Proceedings, maio.